

# Desigualdades em Questão

## Análises e Problemáticas



Renato Miguel do Carmo e António Firmino da Costa (orgs.)

# DESIGUALDADES EM QUESTÃO

ANÁLISES E PROBLEMÁTICAS



LISBOA, 2015

© Renato Miguel do Carmo e António Firmino da Costa (orgs.), 2015

Renato Miguel do Carmo e António Firmino da Costa (orgs.)

**Desigualdes em Questão. Análises e Problemáticas**

Primeira edição: janeiro de 2015

Tiragem: 300 exemplares

ISBN: 978-989-8536-41-9

Depósito legal:

Composição em caracteres Palatino, corpo 10

Conceção gráfica e composição: Lina Cardoso

Capa: Nuno Fonseca

Revisão de texto: Gonçalo Praça e Helena Soares

Impressão e acabamentos: Europress, Ld.<sup>a</sup>

Este livro foi objeto de avaliação científica

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,  
de acordo com a legislação em vigor, por Editora Mundos Sociais

**Editora Mundos Sociais**, CIES, ISCTE-IUL, Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa

Tel.: (+351) 217 903 238

Fax: (+351) 217 940 074

E-mail: [editora.cies@iscte.pt](mailto:editora.cies@iscte.pt)

Site: <http://mundossociais.com>

# Índice

Índice de figuras e quadros.....	vii
Notas biográficas.....	xi
<b>Introdução</b>	
<b>Desigualdades, liberdade e políticas</b> .....	1
<i>António Firmino da Costa e Renato Miguel do Carmo</i>	
<b>1 Portugal no mundo dos relatórios internacionais</b> .....	7
<i>Ana Rita Matias</i>	
<b>2 Desigualdades de género, classes e ação coletiva na Europa</b> .....	19
<i>Nuno Nunes</i>	
<b>3 Práticas culturais e desigualdades na Europa</b> .....	31
<i>José Soares Neves</i>	
<b>4 Desigualdades, serviços públicos e justiça social na “nova ordem mundial”</b> .....	43
<i>João Mineiro</i>	
<b>5 Tendências de mudança das funções do Estado em Portugal</b> .....	59
<i>Maria do Carmo Botelho, Nuno Nunes, Rosário Mauritti e Daniela Craveiro</i>	
<b>6 Precariedade, desemprego e proteção social</b> .....	75
<i>Renato Miguel do Carmo e Frederico Cantante</i>	
<b>7 Deficiência e desigualdade no acesso ao mercado de trabalho</b> .....	91
<i>Paulo Pedroso e Tatiana Alves</i>	
<b>8 Desigualdades de género no topo dos ganhos salariais em Portugal</b> .....	109
<i>Frederico Cantante</i>	



## Índice de figuras e quadros

### Figuras

1.1	Índice de Desenvolvimento Humano nos países europeus pertencentes ao grupo de países com IDH muito elevado, entre 2010 e 2013.....	11
1.2	Crescimento médio anual do Índice de Desenvolvimento Humano (%), em Portugal, Espanha, Grécia e média dos países com IDH muito elevado, entre 1990 e 2013.....	11
1.3	Evolução da taxa de desemprego, entre 2007 e 2013, nos países da OCDE.....	14
1.4	Evolução da taxa de desemprego, entre 2007 e 2013, nos países da OCDE.....	15
1.5	Crescimento real dos salários, taxa de crescimento entre 2007-2008, 2009-2010 e 2011-2013, na Europa.....	15
1.6	Perceções de bem-estar no trabalho e índice de satisfação com a vida, entre 2007-2013, nos países de IDH muito elevado.....	16
1.7	Perceções de bem-estar com o nível de vida e índice de satisfação com a vida, entre 2007-2013, nos países de IDH muito elevado.....	17
2.1	Pertença associativa e ação coletiva na Europa, por sexo (%).....	22
2.2	Práticas de ação coletiva por sexo e classe social, em 2008 (%).....	23
2.3	Escolaridade das classes sociais, género e práticas de ação coletiva, em 2008 (médias de anos de escolaridade).....	24
2.4	Sexo e práticas de ação coletiva nos países europeus, em 2008 (%).....	25
2.5	Índice de desigualdade de género e práticas de ação coletiva na Europa, em 2008.....	26
3.1	Índice de práticas culturais dos países da UE-27, em 2013 (%).....	34
3.2	Participação cultural regular nos países da UE-27, em 2013 (%).....	34
3.3	Participação cultural regular nos países da UE-27, em 2007 e em 2013 (%).....	35
3.4	Níveis de escolaridade da população com participação cultural regular nos países da UE-27, em 2013 (%).....	38
4.1	Despesa pública em saúde por percentagem do PIB em 2000 e 2010....	47

4.2	Despesa pública em educação por percentagem do PIB em 2000 e 2010 .....	47
4.3	Despesa geral de consumo final em administrações públicas por percentagem do PIB em 2000 e 2010 .....	48
4.4	Rácio bruto de matrículas no ensino primário, secundário e superior entre 2002 e 2011 .....	50
4.5	Rácio professor/aluno no ensino secundário em 2001 e 2011 .....	51
4.6	Rácio professor/aluno no ensino primário em 2001 e 2011 .....	51
4.7	Número de médicos por cada mil habitantes em 2005-2010 .....	52
5.1	Emprego público em Portugal (1979-2013) .....	63
5.2	Emprego público na população activa e na população empregada (1979-2013) .....	63
5.3	Emprego público na população ativa dos países da OCDE (2001 e 2011) .....	64
5.4	As mãos do Estado: emprego público em Portugal por grandes áreas funcionais (2005-2010; 2011-2013) .....	65
5.5	As mãos do Estado: distribuição dos fluxos de saída por aposentação .....	66
5.6	Categorias profissionais dos pensionistas da CGA (2013) .....	66
5.7	Categorias profissionais dos pensionistas da CGA por funções do Estado (2013) .....	67
5.8	Rendimentos de pensões dos pensionistas da CGA (2013) .....	68
5.9	Rendimentos de pensões dos pensionistas da CGA, por categorias profissionais e género (2013) .....	69
5.10	Tipologia dos reformados da administração pública portuguesa .....	71
6.1	Taxa de emprego e de desemprego anual, pop. 15-64 anos, Portugal e UE-27 (2000, 2008, 2013) (%) .....	76
6.2	Taxa de desemprego jovem (pop. 15-24 anos) e taxa de desemprego de longa duração, Portugal e UE-27 (2000, 2008, 2013) (%) .....	77
6.3	População empregada com contratos a termo certo e população empregada com contratos a termo certo que gostaria de ter contratos permanentes, pop. 15-64 anos, Portugal e UE-27 (2000, 2008 e 2013) (%) .....	78
6.4	Desemprego estimado e registado em Portugal (trimestre) .....	80
6.5	Desencorajados em percentagem da população desempregada, Portugal .....	81
6.6	Taxa de desemprego formal e taxa de desemprego ajustada à inactividade desencorajada, Portugal .....	82
6.7	Desempregados que não recebem qualquer subsídio de desemprego (N), Portugal .....	83
6.8	Desempregados que não recebem qualquer subsídio de desemprego (%), Portugal .....	84
6.9	Desempregados sem SD (INE) e beneficiários de RSI, Portugal .....	85
6.10	Percentagem de desempregados sem SD (INE) e beneficiários de RSI, Portugal .....	85



6.11 Trabalho a tempo parcial involuntário e desigualdade de rendimento disponível (S80/S20), países da UE-28, Noruega, Islândia e Suíça (2012).....	87
6.12 Taxa de desemprego e desigualdade de rendimento disponível (S80/S20), países da UE-28, Noruega, Islândia e Suíça (2012) .....	88
8.1 Ganho salarial por percentil e sexo, Portugal (2009).....	113
8.2 Grupos profissionais cujo trabalhadores estão em termos relativos mais representados no percentil do topo da distribuição, homens, Portugal (2009) .....	117
8.3 Grupos profissionais cujo trabalhadores estão em termos relativos mais representados no percentil do topo da distribuição, mulheres, Portugal (2009) .....	117
8.4 Proporção da população feminina nos quantis do topo da distribuição dos ganhos salariais, Portugal (1989 e 2009).....	119

## Quadros

1.1 Transferências recebidas pelos grupos de rendimento mais baixo e mais alto, em percentagem das transferências para o agregado familiar médio, em 2010, em alguns países da União Europeia.....	9
1.2 Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes, de Portugal, Espanha, Grécia e países com IDH muito elevado, entre 2010 e 2013.....	12
4.1 Coeficiente de Gini e satisfação com a qualidade da saúde e da educação.....	54
5.1 Pensionistas da CGA em Portugal: variáveis discriminantes .....	70
5.2 Caracterização dos perfis de reformados da administração pública portuguesa .....	72
7.1 Condição atual perante o trabalho das pessoas com deficiência visual em idade ativa inquiridas .....	93
7.2 Gaps de atividade e de emprego dos deficientes visuais .....	93
7.3 Inquiridos e população residente maior de 15 anos, segundo a categoria socioprofissional (CSP) e índice de sobre-(sub)representação .....	95
7.4 Inquiridos, segundo a classificação socioprofissional do agregado doméstico de origem, a idade de aquisição da deficiência e a trajetória social intergeracional .....	95
7.5 Inquiridos segundo a situação modal na relação com o emprego.....	97
7.6 Preditores de emprego das pessoas com deficiência visual – Regressão logística binária .....	98
8.1 População trabalhadora, por sexo, Portugal (2009).....	112
8.2 Nível de habilitação dos trabalhadores, por sexo, Portugal (2009) (%) .	112
8.3 Grupo profissional dos trabalhadores, por sexo, Portugal (2009) .....	112

8.4	Composição dos quantis do topo da distribuição dos ganhos salariais, por sexo, Portugal (2009).....	113
8.5	Ganho salarial médio e mediano dos quantis do topo, por sexo, Portugal (2009).....	114
8.6	Proporção do ganho salarial total detido pelos quantis do topo, por sexo, Portugal (2009).....	114
8.7	Nível de habilitações dos trabalhadores que compõem os quantis do topo, por sexo, Portugal (2009).....	116
8.8	Composição profissional e ganho salarial médio do grupo dos 1% do topo, por sexo, Portugal (CNP 94) (2009) .....	116
8.9	Principais grupos profissionais que compõem o percentil do topo da distribuição dos ganhos salariais, por sexo, Portugal (2009) .....	118
8.10	Composição dos quantis do topo da distribuição dos ganhos salariais, por sexo, Portugal (1989).....	119

## **Introdução**

### **Desigualdades, liberdade e políticas**

*Antônio Firmino da Costa e Renato Miguel do Carmo*

#### **Liberdade vs igualdade?**

Afinal os livros continuam a ser fundamentais para o impacto científico, não só na difusão de estudos e análises como na capacidade de suscitar o debate crítico de ideias. A recente obra de Thomas Piketty (2014), intitulada *Capital no Século XXI*, com a muita tinta que tem feito correr, é disso ilustração exemplar. O número extenso de resenhas e críticas que entretanto se publicaram constitui um indicador expressivo da difusão extraordinária que esta obra teve no espaço público, tornando-se, em tão curto tempo, num dos maiores *bestsellers* na área das ciências sociais.

Destas críticas gostaríamos de comentar algumas provenientes dos setores mais liberais e/ou conservadores que vieram a terreiro pôr em causa várias vertentes e pressupostos do livro. O argumento central dessas perspectivas é considerar como incompreensível que as desigualdades sejam interpretadas como um problema nas sociedades contemporâneas, na medida que estas resultariam fundamentalmente do mérito individual mobilizado para alcançar o sucesso em diferentes atividades profissionais, económicas e financeiras. As desigualdades seriam assim intrinsecamente necessárias, na medida em que refletem a promoção da liberdade individual, já que corporizam o esforço dos indivíduos bem-sucedidos em atingir os melhores resultados face a outros (que, por contraposição, se poderão considerar “mal-sucedidos”). E, desta maneira, qualquer tentativa levada a cabo pelo Estado ou por outras instituições para diminuir ou atenuar a amplitude das desigualdades significará, por si só, uma limitação à liberdade de querer almejar e poder alcançar o sucesso.

Face a este posicionamento, descrito muito sinteticamente, não é necessário convocar autores marxistas ou influenciados por esta corrente para desmistificar a noção de condicionalidade ou contraposição entre aumento da igualdade e limitação da liberdade. Por exemplo, John Rawls (1971), um liberal assumido, no sentido norte-americano, demonstrou teoricamente, por intermédio dos princípios basilares da sua teoria da justiça, a interdependência entre a liberdade de direitos e garantias e a redistribuição socioeconómica (dos designados bens primários). Para ele, uma sociedade democrática e liberal decente deveria contemplar mecanismos

institucionais que garantissem simultaneamente o direito à liberdade nas suas várias aceções (políticas, civis, culturais...) e a capacidade de atenuação das desigualdades económicas e sociais.

No fundo, é precisamente para esta interdependência entre liberdade e desigualdade que a análise de Piketty chama a atenção, salientando que a primeira se encontra de certa forma ameaçada porque atualmente os níveis de desigualdade económica atingem patamares muito preocupantes. A este respeito o autor vai mais longe ao identificar os processos que levam não só à persistência das desigualdades como à sua reprodução por via da perpetuação dos maiores privilégios económico-financeiros num conjunto muito limitado de pessoas e grupos. São estes processos, bem documentados em séries estatísticas robustas, que levam à manutenção e ao reforço do poder económico de uma reduzida elite em detrimento da maioria das populações, que se vê arredada do acesso a certos recursos económicos e outros.

No entender de Piketty, e na linha de estudos anteriores de outros autores, a desigualdade transforma-se assim no maior obstáculo à mobilidade social, e, nesse sentido, acrescentaríamos, torna-se no maior obstáculo à consolidação de uma sociedade que respeite e promova o exercício efetivo da liberdade por todos os cidadãos. Dito de outra forma, e tendo em conta estas profundas assimetrias, a sociedade só é de facto liberal para algumas pessoas, ou seja, para aquelas que têm condições de dispor cumulativamente de mais rendimento e riqueza. Neste sentido, o aumento da desigualdade significa um entrave à liberdade de se poder atingir as melhores oportunidades de vida. Mas significa também um entrave que interfere nos mais variados setores sociais e políticos.

Outro livro recente, de Richard Wilkinson e Kate Pickett (2009), intitulado *O Espírito da Igualdade*, revela, recorrendo a evidência estatística, que as sociedades mais desiguais são aquelas que funcionam pior e onde se encontra a maior densidade de problemas sociais e de saúde. Segundo a análise, que se debruça especificamente sobre os países ocidentais, muitos dos setores da economia e da sociedade são afetados por mais problemas pelo facto de as desigualdades de rendimento atingirem níveis elevados e intoleráveis. Deste modo, as desigualdades não só afetam diretamente os menos favorecidos, como tendem a comprometer o funcionamento e a organização da sociedade com um todo. Isto é, as desigualdades detêm um caráter sistémico, cujos contornos se aprofundam e se enraízam no tecido social.

Esta evidência é partilhada por outros autores de referência, como Joseph Stiglitz (2012), que no seu recente livro, intitulado *Preço da Desigualdade*, alerta para os efeitos provocados pela concentração do rendimento e da riqueza em redor de um número reduzido de pessoas, interferindo no bom funcionamento das instituições políticas democráticas. Segundo o autor, as instituições políticas dos Estados Unidos estão a ser colonizadas por esses grupos económico-financeiros com o intuito claro de as reverterem para a viabilização dos seus interesses particulares. Neste sentido, é a própria democracia que está em risco ao se aprofundarem ainda mais as assimetrias sociais no seio da sociedade americana. Esta ingerência significa uma ameaça muito objetiva relativamente às liberdades individuais e coletivas. Não deixa de ser elucidativo que factos deste tipo não pareçam preocupar muitos daqueles que se intitulam de liberais.

Estes parágrafos iniciais visaram demonstrar, recorrendo a alguns estudos publicados recentemente, que a igualdade não deve ser encarada como um obstáculo à liberdade, assim como a sua inversa. Na verdade, uma maior igualização das condições e das oportunidades sociais e económicas constitui um pressuposto fundamental para aprofundar a autonomia e liberdade individual. Do mesmo modo, um sistema de liberdades individuais garantidas por um Estado de Direito democraticamente governado, suficientemente defendido de concentrações de poderes por parte de interesses minoritários (como os que Stiglitz, por exemplo, analisa e denuncia), é condição indispensável para a construção cidadã de opções sociais menos assimétricas e socialmente injustas, ou, por outras palavras, de sociedades menos desiguais. Liberdade e igualdade são fatores interdependentes (e não opoentes), por isso são tão decisivas para o funcionamento e a qualidade da vida democrática de uma coletividade, como já Alexis de Tocqueville (2008 [1835 e 1840]) subtilmente analisava na primeira metade do século XIX. Só por esta via a liberdade individual pode ser assegurada e devidamente salvaguardada em prol do bem de todos e para todos.

### **Políticas de desigualdade como políticas de classe?**

Acontece, porém, que se tem vindo a assistir a um fenómeno singular, de sentido inverso: a proliferação de políticas de desigualdade. Desse modo, também a liberdade vai ficando ameaçada.

Este processo parece ter apanhado muitos de surpresa. Tanto nas perceções e conceções correntes na esfera pública como nas análises e debates especializados das ciências sociais, até há pouco essas políticas de desigualdade não tinham sido reconhecidas pelo que são, ou nem sequer tinham sido claramente identificadas enquanto tal. Os encadeamentos causais implicados surgem-nos ainda bastante imprecisos ou controversos. As consequências, estando a ser já diretamente experimentadas por vastos setores sociais, não foram até agora suficientemente mapeadas e analisadas.

De certo modo, o contexto de progresso económico e social prolongado que se verificou na segunda metade do século XX ajuda a compreender, embora paradoxalmente, as dificuldades de reconhecimento das presentes políticas de desigualdade. Com efeito, sedimentou-se socialmente nessa época a noção de que as políticas públicas equivalem, no essencial, a políticas de igualdade. De maneira direta ou indireta, em maior ou menor grau, esse era um atributo fundamental da fiscalidade progressiva, da legislação laboral, da segurança social, dos sistemas públicos de educação e de saúde, das infraestruturas públicas de energia e saneamento, transportes e comunicações — elementos nucleares do complexo de instituições e políticas constitutivas do que se veio a chamar *Welfare State*, Estado-providência ou Estado-social.

Não nos equivoquemos a esse respeito. As assimetrias estruturais, os contrastes de condições de existência, os sentimentos de injustiça e os conflitos sociais estiveram bem presentes nessas sociedades. Isso não desmente, porém, o facto de nelas ter prevalecido um tipo de políticas públicas — largamente induzidas, aliás, por

essas dinâmicas sociais — que não só incentivou o desenvolvimento e o bem-estar como reduziu substancialmente as desigualdades económicas e sociais.

A partir dos anos 80 do século XX ocorre uma inflexão profunda no centro do mundo mais desenvolvido: as políticas de igualdade começam a ser substituídas por políticas de desigualdade. Inicia-se um processo de agravamento prolongado das desigualdades, nomeadamente das desigualdades de rendimentos, de riqueza, de oportunidades de emprego, de direitos laborais, de acesso a serviços, de possibilidades de mobilidade social. Esse processo encontra-se hoje em pleno curso. As pesquisas de Thomas Piketty, minuciosamente documentadas e brilhantemente analisadas, são particularmente importantes por evidenciarem essa inflexão nas desigualdades económicas, iniciada quase meio século depois de uma outra inflexão igualmente drástica mas de sentido inverso. Não menos importante é permitir medir o agravamento continuado dessas desigualdades na atualidade, explicar lógicas económicas fundamentais subjacentes e compreender aspetos cruciais das relações dessas mudanças estruturais com a inversão de políticas.

O processo teve o seu foco nos Estados Unidos da América e no Reino Unido, onde se concretizou de forma rápida e intensa, regressando essas sociedades aos níveis elevadíssimos de desigualdade económica que as caracterizavam um século antes. Noutros países, nomeadamente na Europa, as dinâmicas têm sido mais variadas. Nos países nórdicos, por exemplo, ou no centro da União Europeia (nomeadamente na França e na Alemanha), a inflexão de políticas também tem vindo a ocorrer, mas não de forma tão transversal e concentrada, verificando-se ainda assim um crescimento das desigualdades, embora em menor grau. Em Portugal, as desigualdades económicas e sociais percorreram na última década uma trajetória em U. Partindo dos mais altos níveis inegalitários no contexto europeu, verificou-se durante alguns anos um decréscimo progressivo das desigualdades (não só de rendimentos, aliás, mas também educativas, de género e outras). Nos últimos anos, porém, o sentido mudou para uma dinâmica de acentuação das desigualdades. Os fatores atuantes são diversos. Um dos mais relevantes tem sido, notoriamente, a promoção de políticas de desigualdade.

Alguns dos exemplos mais evidentes incluem as políticas de cortes de salários e pensões, de redução de subsídios de desemprego e de apoios sociais a famílias carenciadas, de crescente desproteção e precarização do emprego, de encarecimento de rendas de casa e custos de transportes, energia e outros componentes vitais da existência quotidiana. A estes somam-se as enormes assimetrias dos impostos sobre os rendimentos, muito desfavoráveis aos rendimentos de trabalho por comparação com os rendimentos de capitais e transações financeiras. No conjunto, configuram-se como políticas assimétricas, que favorecem os mais favorecidos (ao contrário dos critérios de justiça como equidade, preconizados por Rawls), concentrando recursos e poderes num feixe restrito de setores privilegiados.

Estas novas “políticas de classe” têm vindo a agravar as desigualdades, ampliando os contrastes de condições de vida e intensificando as polarizações sociais. Com as restrições crescentes de recursos e oportunidades, grande parte dos membros da sociedade tem sido confrontada com uma degradação das condições de exercício das liberdades, no sentido em que lhes tem vindo a reduzir, como diz

Amartya Sen (2009), as possibilidades efetivas de fazerem escolhas e realizarem ações que cada um tem razões para valorizar. Por isso, e porque conduzem a uma concentração extremamente restrita e arbitrária do poder de decisão política e econômica (Stiglitz, 2012), as referidas políticas de classe são não só um fator de agravamento da desigualdade mas também uma ameaça à liberdade.

## A pluralidade das desigualdades

Desde a sua criação, em finais de 2008, o Observatório das Desigualdades e a sua equipa de investigadores tem vindo a demonstrar, por intermédio de múltiplos estudos e análises, que as desigualdades são na sua essência um fenómeno multidimensional de natureza sistémica. Na verdade, não é possível reduzir a uma única dimensão ou indicador os mecanismos geradores de desigualdade. Estes deverão ser abordados através de uma perspetiva relacional que para além de enquadrar diferentes conceitos e variáveis (como o rendimento, a escolaridade, o género, a classe social e a etnia, entre outras), deverá, em simultâneo, desenvolver diferentes metodologias e instrumentos de análise, designadamente estatística.

Por outro lado, o carácter sistémico das desigualdades advém no fundamental de processos interdependentes que afetam cumulativamente, de forma particularmente incidente, os grupos e as categorias sociais mais vulneráveis. Por exemplo, uma situação de maior vulnerabilidade ao nível do rendimento e das condições de vida pode ter uma forte probabilidade de estar associada a outros tipos de desigualdade, designadamente em termos de grau de escolaridade ou de pertença a determinada classe social. Este tipo de relações cumulativas tem sido amplamente estudado em diferentes áreas da sociologia e de outras ciências sociais. Não cabe aqui fazer um inventário exaustivo desses contributos, mas, de qualquer maneira, podemos frisar que grande parte dos trabalhos publicados no âmbito do Observatório salienta este carácter cumulativo e sistémico das desigualdades nas mais variadas áreas e temáticas, estabelecendo para o efeito análises comparativas e transnacionais (Almeida, 2013; Alves e outros, 2011; Carmo, 2010; Costa, 2012; Diogo e Diogo, 2014; Nunes, 2013).

O presente livro surge precisamente na linha destes eixos analíticos, e os vários textos que o compõem seguem as preocupações de estudar o fenómeno das desigualdades a partir de uma perspetiva relacional. Assim, o primeiro capítulo, de autoria de Ana Rita Matias, apresenta uma leitura comparativa, entre Portugal e outros países, dos principais indicadores de desigualdade que têm sido trabalhados de forma sistemática e publicados em relatórios recentes por um conjunto de organizações internacionais.

Os dois capítulos seguintes mantêm o carácter comparativo. A partir dos dados disponibilizados pelo European Social Survey, Nuno Nunes aprofunda, à escala europeia, uma análise transnacional onde relaciona diferentes componentes das desigualdades de género com indicadores específicos de classe social e de ação coletiva. Por seu turno, José Soares Neves empreende um estudo sobre as desigualdades da participação e das práticas culturais tendo por base

as sondagens do Eurobarómetro, aplicadas sistematicamente em vários países europeus.

A seguir, dois outros capítulos incidem sobre a qualidade dos serviços públicos e o modo como se caracteriza o investimento nos setores e funções sociais do Estado. João Mineiro integra no seu capítulo uma problematização sobre as assimetrias, entre países, no acesso e na oferta dos serviços públicos. O texto de autoria de Maria do Carmo Botelho, Nuno Nunes, Rosário Mauritti e Daniela Craveiro aborda pormenorizadamente a maneira como se vem reconfigurando a afetação dos recursos humanos e financeiros nos vários setores e áreas de intervenção do Estado em Portugal.

Os últimos três capítulos caracterizam distintos grupos e formas de desigualdade social. Renato Miguel do Carmo e Frederico Cantante elaboram, recorrendo a diferentes indicadores e fontes estatísticas, sobre o efeito da atual crise económico-financeira no incremento dos níveis de precaridade e desemprego e das situações de desproteção social. Paulo Pedroso e Tatiana Alves focam a problemática das desigualdades no acesso ao mercado de trabalho na população portadora de deficiências, utilizando os dados de um inquérito aplicado para o efeito a partir do qual apresentam uma inovadora análise multivariada. Por fim, Frederico Cantante empreende uma pertinente análise sobre as desigualdades salariais entre homens e mulheres, recorrendo à base de dados dos quadros de pessoal, através da qual mede as disparidades entre os rendimentos do topo.

### Referências bibliográficas

- Almeida, João Ferreira de (2013), *Desigualdades e Perspetivas dos Cidadãos: Portugal e a Europa*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.
- Alves, Nuno de Almeida, Frederico Cantante, Inês Baptista e Renato Miguel do Carmo (2011), *Jovens em Transições Precárias*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.
- Carmo, Renato Miguel do (org.) (2010), *Desigualdades Sociais 2010: Estudos e Indicadores*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.
- Costa, António Firmino da (2012), *Desigualdades Sociais Contemporâneas*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.
- Diogo, Ana Matias e Fernando Diogo (org.) (2014), *Desigualdades no Sistema Educativo*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.
- Nunes, Nuno (2013), *Desigualdades Sociais e Práticas de Ação Coletiva na Europa*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.
- Piketty, Thomas (2014), *Capital in the Twenty-First Century*, Cambridge (Mass.), The Belknap Press of Harvard University Press.
- Rawls, John (1971), *A Theory of Justice*, Cambridge (Mass.), Harvard University Press.
- Sen, Amartya (2009), *The Idea of Justice*, Londres, Allen Lane/Penguin.
- Stiglitz, Joseph E. (2012), *The Price of Inequality*, Nova Iorque, W. W. Norton.
- Tocqueville, Alexis de (2008 [1835 e 1840]), *Da Democracia na América*, Lisboa, Antropos/Relógio d'Água.
- Wilkinson, Richard e Kate Pickett (2009), *The Spirit Level: Why More Equal Societies Almost Always do Better*, Londres, Allen Lane.